

LOUREIRO, I. M. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 1995. 197p.

A audácia do pensar e agir

Não é cômoda a tarefa de quem se propõe estudar seriamente a obra política de uma das mais importantes figuras do movimento socialista europeu. Por um lado, o acesso às fontes de primeira mão requer bom manejo da língua alemã; a busca de uma perspectiva original para a análise exige alto domínio do material pesquisado, sempre muito variado quanto mais passa o tempo; o próprio lapso do tempo estudado, polêmico e controverso, suscita ao mesmo tempo aguçado senso crítico e rigor analítico em que a ponderação deve ser usada e abusada para se evitarem os equívocos da defesa retórica romântica de um ponto de vista crucial no espectro das posições políticas da esquerda internacional. Por outro lado, para quem pensa livremente sobre os dilemas que a história política nos leva a enfrentar, Rosa Luxemburg (1871-1919), judia polonesa, mulher cultivada, grande oradora, possuidora de uma sensibilidade política excepcional, não se deixa prender de modo fácil a um rótulo e por isso, felizmente, continua propondo um enigma tão atual quanto desconfortável, com o qual sentimos forte a obrigação de tentar decifrar para não sermos devorados.

O trabalho de Isabel enfrenta a árdua tarefa e realiza bem essa discussão séria sobre os dilemas políticos do presente, mantendo uma distância exemplar desse "yuppismo" universitário, dessa paixão morna pelo produtivismo acadêmico. Se o

1 Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

presente só provoca indignação, muitos apenas passam ao largo e procuram satisfação individual no estudo de um tema de moda certa; outros, poucos, como Isabel, engalfinham-se com as dificuldades do viver-juntos no mundo, elegendo de antemão um ponto de vista considerado “fora de moda”. Se o “marxismo ocidental”, tal qual ela nomeia como sinônimo de marxismo revolucionário, é o ponto de vista por ela abraçado, não é para cumprir um requisito de tese acadêmica que deve apresentar uma abordagem científica, formalizar uma metodologia, mas sim, para ela, o “marxismo ocidental” é como que um roteiro de vida, uma maneira ativa de estar no mundo. Assim, se a discussão sobre a ação revolucionária está viva no presente para Isabel é porque, sem tomar atalhos e com muita garra, ela enfrenta a questão da luta pela abolição das desigualdades engendradas pelo capitalismo.

O que mais nos estimula a pensar com Isabel os dilemas do presente é a maneira vívida com que põe em cena as alternativas enfrentadas por Rosa. Da revolução russa de 1905 aos congressos, dos congressos à insurreição spartakista de 1919, da questão nacional ao imperialismo, da luta partidária à defesa do espontaneísmo, da ação calculada à ação improvisada das massas, tudo se passa com um sabor de aventura intelectual, como se com a autora pudéssemos deliberar livremente sobre os acertos e os erros da ativista alemã. Há um espaço entre o que Rosa diz, o que Isabel diz, e o que o leitor pode dizer, que não se apaga e nos deixa gratificados com uma leitura-diálogo que permite concordar e discordar. Tal feito, só uma escrita amiga da compreensão pode realizar. O texto de Isabel está carregado, nesse sentido, de uma honestidade intelectual que desconcerta a polêmica, reduz nossa vontade de divergir, ou pelo menos, se é possível dizer, traz nosso desacordo para a tácita aceitação da divergência na vida política.

Não se pretende, aqui, retomar os argumentos tão minuciosamente desenvolvidos pela autora. O livro composto de duas partes e quatro capítulos resolve harmoniosamente a discussão da história política alemã sob o enfoque da ativista Rosa Luxemburg. Pretende-se antes expor algumas inquietações surgidas durante a leitura do livro. Acabar-se-á assim discutindo algumas das implicações contidas na tese central de Isabel que ao se interessar por Rosa, porque esta postula uma teoria da ação revolucionária, vê na ruptura revolucionária a via régia para a fundação de um “mundo novo e livre”.

A primeira implicação a ser destacada – e seria inevitável – diz respeito à concepção de democracia. Seguindo as passagens em que aparece a noção de democracia, observamos que o emprego é ambíguo e isso nos causa inquietação. No texto de Isabel, ora democracia comparece como fundamento de uma sociedade socialista, ora democracia surge como mero conjunto das liberdades formais burguesas; ora a autora arma-se da crítica marxista mais ortodoxa, ora Isabel, seguindo Rosa, funde socialismo e democracia. A seguinte passagem vale mais do que exemplo, pois condensa muitos aspectos da argumentação da autora, em um de seus momentos mais desarmados:

Este é o sentido da obra política de Rosa Luxemburg: o socialismo, o futuro, só poderá concretizar-se pela ação autônoma, consciente das largas massas populares e, por isso mesmo, é uma possibilidade, não uma garantia. Nisso consiste a sua concepção de socialismo democrático: as massas, agindo livremente, instituem novas formas de sociabilidade, diferentes das formas burguesas. Foi o que os conselhos mostraram de maneira incipiente. Por conseguinte, a democracia só se concretiza no bojo da revolução – momento de completa liberdade – e tendo-a como pré-requisito. (p.71)

Se “a democracia só se concretiza no bojo da revolução”, então democracia torna-se uma questão secundária: o que importa é saber captar as condições para a melhor aparição da ação revolucionária. Não sei até que ponto essa implicação não significa tomar a revolução como único objetivo da ação política. Digo isso porque a questão da democracia tem sido hoje analisada sem que o horizonte da ação política revolucionária seja considerado essencial. Não seria o caso de aproveitar a oportunidade e introduzir uma discussão mais desarmada sobre as relações entre democracia e revolução?

A esse respeito, a oportunidade de fato surgiu e Isabel passa por ela quase em silêncio. Refiro-me à observação relegada a uma nota de pé de página em que, descontente com a interpretação de Dick Howard, a autora sugere que as considerações do ex-editor da Revista *Telos* “revelam mais sobre o percurso teórico de Howard, afastando-se da revolução e aproximando-se da democracia, que sobre a própria Rosa” (p.76). Aqui, Isabel põe Howard, leitor de Rosa, no pólo da democracia, e deixa entender que ela, Isabel, também leitora de Rosa, se posiciona no pólo da revolução. Com isso, sugere que democracia e revolução podem constituir dois horizontes diferentes, no que concerne à leitura da obra política de Rosa Luxemburg.

Para pensarmos junto com o texto sobre a questão do enigma revolucionário na história dos homens ou da primazia da revolução para o “marxismo ocidental”, melhor será atentarmos para a importância que Isabel confere à “ação audaz” que, fio condutor da análise, deslinda, a meu ver, a questão de maneira mais clara e completa. Permito-me retomar o termo um pouco desprendido dos contextos em que é empregado para dar melhor expressão ao que quero sugerir.

O termo surge num texto de Rosa Luxemburg sobre Lassale. Ao discutir uma controvérsia entre o assim conhecido “socialista reformista”, de um lado, e, de outro, Marx e Engels, estes defensores de uma “concepção construtiva da história de Hegel”, Rosa, chamando atenção para o espaço não previsto da ação política em Lassale, conclui, sem concluir:

Os homens fazem sua própria história, mas não arbitrariamente, dizem Marx e Engels defendendo a obra de sua vida, a concepção materialista da história de acordo com as leis. Os homens não fazem arbitrariamente a história, mas fazem-na eles mesmos – enfatiza Lassale, defendendo a obra de sua vida, a “decisão individual”, a “ação audaz”... perante a história quem acabou tendo razão, Marx ou Lassale? Ambos. (passagem citada por Isabel às p.29-30).

Ainda segundo Rosa, em outro texto também citado por Isabel, "ação audaz", "no sentido histórico-filosófico" é sinônimo de ação revolucionária (p.30).

Para a autora, o brilho da reflexão política da ativista alemã está nessa formulação. A "ação audaz", ação revolucionária, é por excelência a chave mestra da criatividade histórica. Isabel nos convence quando vivamente mostra uma Rosa que enfatiza o imprevisto e o acaso como impensados e portanto disposta a abraçar livremente o novo na história. Porém, ao mesmo tempo em que lança luz sobre o imprevisto da ação, Isabel insiste em enquadrar o imprevisto dentro da previsão teórica:

Como sempre, em Rosa, há essa unidade entre necessidade histórica – as leis de bronze do desenvolvimento capitalista, descobertas por Marx – e a ação revolucionária inesperada, a "ação audaz" de Lassale, a qual, iluminando o processo histórico que se realiza inconscientemente com uma necessidade natural, torna-o consciente. Inconsciente e consciente, político e econômico são elementos inseparáveis, pólos constituintes da mesma totalidade. (p.41)

Isabel insiste em mostrar que Rosa mantém unidos os contrários – as leis de bronze do desenvolvimento do capitalismo e a ação revolucionária inesperada – num exercício intelectual do qual às vezes não saímos convencidos. Ou a ação é inesperada ou é esperada, não há dialética que consiga sintetizar e superar esses contrários.

Da mesma maneira, quando Isabel diz:

O marxismo, afinal, tinha a intenção de não deixar a política ao sabor do acaso, sob o domínio do imprevisto, pretendia ter uma visão "científica" do curso da história, o que permitiria prever o momento da explosão revolucionária. Sem querer reduzi-lo a uma técnica do revolucionamento social, que está longe de ser, pelo menos na sua versão clássica, sabe-se que no marxismo o papel do revolucionário na história é escolher o momento oportuno de entrar em ação: é preciso esperar as condições objetivas estarem maduras mas, ao mesmo tempo, se esperar demais, a revolução será adiada para sempre. (p.140-1)

Aqui, Isabel parece afastar-se de Rosa e aproximar-se de um marxismo de Marx, e temos suficiente espaço para perguntar se tal formulação não leva, afinal, e de maneira enviesada, a afirmar que o marxismo assim considerado não seria uma "técnica de revolucionamento social" e nada mais.

Ainda em outro momento, Isabel também diz: "a 'ação audaz', a 'decisão individual', isto é, a 'política prática', num espaço de tempo breve, vale mais que a consideração das leis da história", para acrescentar, sem transição, movida talvez por forte sentimento de fidelidade teórica: "mas, *simultaneamente*, elas [as leis da história] não podem ser ignoradas, sob pena de se cair no aventureirismo" (p.178).

Será que o texto não está muito preso a uma discussão canônica? Será que o texto que tão polemicamente escruta o vigor da "ação audaz" na história não quer se deixar levar por uma reflexão política mais livre de certezas teóricas?

Todos nós nos interessamos pelos momentos luminosos da história em que são oferecidas as oportunidades para o advento de uma sociedade sem opressão. Rosa Luxemburg é personagem de um momento crucial em que a proposta de um governo

conselhistas aparece na história e mostra ser uma fulgurante possibilidade de um melhor viver-juntos no mundo. Rosa tem a sensibilidade política de reconhecer a importância da criação de uma esfera pública ou de um espaço público (ao qual a autora deliberadamente acrescenta o adjetivo *proletário* sem que Luxemburg o acrescenta) em que inexistem mecanismos de exclusão econômicos, culturais, políticos (p.90). Ora, essa discussão essencial para Rosa, para Isabel, para todos nós ganha contornos muito interessantes em Hannah Arendt e talvez gostássemos de ver como essa discussão alcança ressonâncias numa pensadora que tem muito mais em comum com Rosa Luxemburg do que Isabel gostaria que tivesse. Hannah Arendt aposta na revolução como momento sublime de fundação de um novo começo para os homens e também abomina os “partidários de uma continuidade sem ruptura”. A excelência da ação é fundamental tanto para a ativista quanto para a pensadora. O último capítulo do livro *Ensaio sobre a Revolução* não está só voltado para a discussão teórica das revoluções, para apontar as vicissitudes da figura complexa do revolucionário profissional, mas também para apresentar a defesa de uma república conselhistas. Isabel apenas viu nesse texto uma oportunidade para apontar restrições e imprecisões, relegadas a duas notas de pé de página (p.97-182).

“Hannah Arendt não pertence a ninguém. A singularidade de sua reflexão conseguiu abrir um campo de questões que estilizaram os grilhões dogmáticos em que seu pensamento poderia encontrar um asilo tão cômodo quanto seguro” – assim André Enegren abre o melhor livro, até onde sei, sobre a autora que ele considera antes uma libertária do que uma liberal (*La pensée politique de Hannah Arendt*. Paris: PUF, 1984). O enfado é que, no Brasil, Celso Lafer, um liberal declarado (e aluno de Hannah Arendt na Universidade de Cornell), “apossou-se” da pensadora, escrevendo a maioria dos prefácios dos livros dela aqui publicados, contribuindo talvez para que poucos se dessem ao trabalho de lê-la com cuidado.

Talvez gostássemos de dizer: “Rosa Luxemburg não pertence a ninguém”. E assim chamar a atenção de um filão de leitores dispostos a ler como o clarão da “ação audaz” pode comparecer para a reflexão política. Em seu artigo sobre Rosa Luxemburg (incluído em *Homens em tempos sombrios*), Hannah Arendt sugere que Rosa, por ser diferente de Lenin, não se lançava na atividade política em quaisquer circunstâncias. Salientava assim como a ativista alemã “não fazia da política um substituto da religião”. Na seqüência, Arendt admitiu que Rosa “não era uma marxista ortodoxa, tão pouco ortodoxa que na verdade poderíamos duvidar que fosse uma marxista *tout court*”. O que mais poderia hoje cativar novos leitores da obra de Rosa Luxemburg (e de Hannah Arendt) senão justamente essa capacidade para mostrar que a audácia do pensar e do agir na vida política deve deliberadamente rejeitar toda ortodoxia?

Da mesma maneira, talvez gostássemos de saber se Rosa Luxemburg leu os artigos de Max Weber publicados ao longo do verão de 1917 em periódicos alemães e reunidos em livro saído em 1918. A discussão de Weber, que defende o parlamento alemão como órgão de representação das lutas políticas na sociedade por meio dos partidos, não serviria de rico contraponto aos dilemas enfrentados nos últimos meses

de vida da ativista alemã? Não estou mencionando a *Conferência sobre o Socialismo* que Weber pronunciou em 1918 e que é, ao mesmo tempo, uma discussão sobre o socialismo de Marx, sobre o socialismo do partido social-democrata alemão e sobre a situação russa pós-revolução de 1917. Estou mencionando os artigos de Weber voltados para a discussão do parlamento e da democracia na mesma Alemanha em que Rosa Luxemburg defende um governo conselhistas contra a assembléia nacional. Um diálogo entre Rosa e Weber, efetivo ou suposto, não daria munição para uma discussão mais matizada?

Será que a teórica do espontaneísmo revolucionário, que chegou a defender, diante de um camarada, já no interior do KPD, a participação nas eleições da seguinte maneira:

As eleições representam um novo instrumento da luta revolucionária. Você permanece preso aos velhos modelos. Para você existe apenas o Parlamento do Reichstag alemão. Você não consegue imaginar a utilização desse meio em sentido revolucionário. Pensa você: ou bem metralhadoras, ou bem parlamentarismo. Nós queremos um radicalismo um pouco mais refinado. Não apenas esse grosseiro ou ... ou. É mais confortável, mais simples, porém uma simplificação que não serve para a formação, nem para a educação das massas. (citado e traduzido por Isabel à p.159)

– não estaria mais propensa a vibrar com o ritmo inusitado, imponderável da ação política e, desse modo, propensa também a descartar as congeladas, fixas leis da história?

Concluo com uma consideração que me é cara e vai no mesmo sentido. Se é que todas as feitas até agora não foram suficientes para expor minhas inquietações no que concerne à sugestão mais desarmada segundo a qual a audácia do agir e pensar implica “esquecer” toda teoria.

Todos nós que desejamos um melhor viver-juntos no mundo, uma sociedade sem exclusões, concordamos com Isabel quando diz que a obra política de Rosa simboliza a tentativa de manter unidos o que é e o que pode ser (p.190). Se não queremos o que é, é porque queremos outra coisa que ainda não é, está por vir, e agimos em consequência, por mais utópico que seja, por menos garantias que se tenha sobre o futuro. A ativista alemã representa bem esse querer que pensa aliando presente e futuro, conforme lemos no texto de Isabel. Porém, não dá para concordar com formulações tais como “a teoria é ‘guardiã última’ da verdade revolucionária”, por mais que se transforme seguindo de perto todos os “percalços da prática” (p.190).

Rosa Luxemburg parece ser um exemplo típico da categoria “político profissional”, segundo a conhecida definição de Weber. Alguém que vive para a política, alguém que foi levado a tomar a política como “fim de sua vida” e para quem “o exercício dessa atividade permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida”. Isabel, suponho, deve concordar com essa formulação e não me parece descabido lembrar ainda a distinção entre ética da responsabilidade e ética da convicção a propósito de

Rosa. A personalidade política que ela representou é das mais ricas porque foi alguém que soube como poucos aliar as duas éticas de maneira ímpar. Nesse sentido, era também alguém que suportava bem a “irracionalidade ética do mundo”. Já Isabel, imbuída de uma irrestrita ética da convicção, parece não suportar a experiência da irracionalidade no mundo.

Por isso, o texto de Isabel que abre com duas epígrafes sugere algo que parece não se conciliar bem com o livro de Isabel sobre Rosa. A primeira epígrafe pertence a Tolstói, e todos nós a acolhemos sem ressalvas, pois se trata de banir dogmatismos. A outra, de Franz Mehring que, se de imediato não entendemos, só vamos reencontrá-la explicitada muito adiante no texto, e continuamos sem entender (ou sem concordar). Diz a epígrafe: “Como resolver a contradição, que salta aos olhos, ao primeiro passo prático do revolucionário, entre a força do entusiasmo, a coerência radical dos princípios por um lado e, por outro, o intelecto calculador, a necessária unilateralidade de toda política?”. Segundo a leitura de Isabel, “Rosa optou pelo primeiro pólo da contradição: a ‘coerência radical dos princípios’ ...” em detrimento do “intelecto calculador” (p.141). Essa explicitação vem associada a uma frase de Lutero (*hier stehe ich, ich kann nicht anders*) que a ativista alemã toma para si, segundo lemos, e com isso a autora quer mostrar que “Rosa, mais uma vez, raciocina em termos de princípios, posição decorrente de uma concepção moral da política” (p.143). Ora, a explicitação da autora não coincide com a epígrafe, que de fato é confusa. A postura ética abraçada por Rosa não implica evitar a evidente unilateralidade da ação política, implica, sim, assumir essa unilateralidade, reconhecer quando se acerta e quando se erra, e agir em consequência. Por concernir à vida em comum, em mudança constante, a ação política é luta em que não cabe uma verdade verdadeira de antemão definitiva. O texto de Isabel nos deixa chegar a essa conclusão a propósito de uma das maiores figuras do movimento socialista europeu, embora o livro de Isabel insista em mostrar a verdade revolucionária da teoria do “marxismo ocidental”.

O texto da autora deixa, felizmente, suficiente espaço para lermos livremente o brilho da obra política de Rosa Luxemburg. É como se, de maneira tácita, Isabel concordasse com Hannah Arendt, e nos dissesse que Rosa não era Lenin, o “intelecto calculador” por excelência, o mais bem-sucedido técnico do revolucionamento social do marxismo.